

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A COMUNICAÇÃO NA IGREJA CATÓLICA COMO FERRAMENTA DE EVANGELIZAÇÃO, CATEQUESE E POLÍTICA.

Pâmela Pongan
Doutoranda PPGH/UPF (Bolsista Capes)
E-mail: ppongan@hotmail.com

RESUMO

A Igreja Católica é uma das maiores instituições históricas produtoras de cultura e com grande influência ideológica na sociedade, porém, diante dos constantes progressos tecnológicos nos veículos e na ação das mídias, a instituição se deparou com uma série de dificuldades em se adaptar e se inserir neste novo contexto, traçando estratégias e pensando em formas de se manter nesta área da comunicação, buscando usá-la a seu favor, como ferramentas de evangelização, catequização e de fazer política, difundindo suas ideologias e princípios sociais, morais, religiosos e éticos. Desta forma, a relação entre a Igreja e a comunicação, é estabelecida por uma trajetória longa, marcada por várias discussões e posicionamentos da instituição em relação a esta, tendo grandes transformações a partir das inovações tecnológicas. Assim, nesta pesquisa, vamos trilhar esse caminho, analisando os documentos ligados a Santa Sé no que tange a comunicação e seus veículos de informação, buscando identificar e analisar as transformações que essa relação causou no seio do catolicismo, principalmente no viés político.

Palavras-chave: Igreja Católica; Política; Comunicação social.

Introdução

A utilização da comunicação social e seus veículos de informação como fonte e objeto de pesquisa histórica teve seu início em meados da década de 70, porém mesmo havendo um reconhecimento da importância das mídias na análise do contexto social em determinando local e período, houve resistência por parte da maioria dos historiadores, principalmente em relação aos impressos que estavam em seu auge de circulação.

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2005, p. 112)

No início do século XX, os historiadores brasileiros adotaram duas posturas em relação a utilização e análise dos meios de comunicação quanto fonte e objeto de pesquisa histórico. “Com desprezo, ao considerar os periódicos como fontes suspeitas, portanto sem validade; ou com enaltecimento, ao encarar o jornal como repositório da verdade, considerando as notícias como relatos fidedignos dos acontecimentos registrados” (CAPELATO, 1988, p. 18). Porém, na década de 70, a comunicação social recebe novas perspectivas como fonte de pesquisa, através dos olhares da Nova História, que direcionaram os novos caminhos da historiografia, transformando não só o modo de fazer história, mas renovando os métodos de análise e crítica sob os documentos, além de ampliar os horizontes documentais e as temáticas de pesquisa.

Esta ampliação das temáticas e abordagens contribuiu para a expansão do universo das fontes, e a comunicação que antes era tida como fonte suspeita e sem credibilidade, passou a ser considerada como um material de pesquisa valioso e uma das principais fontes de informação e pesquisa histórica, permitindo ampliar os horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos sobre as sociedades do passado.

A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. [...] sendo um meio de expressão de ideias e depósito de cultura, nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO, 1988, p. 21).

Dada a importância e a ampliação do uso da comunicação e suas possibilidades como objeto e/ou fonte de pesquisa histórica, novos posicionamentos e metodologias frente a ela tornaram-se necessárias reconhecendo sua historicidade e problemáticas.

Ao selecionar um meio de comunicação como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão. Então,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

o historiador, consciente da forma de concepção do texto jornalístico, pretende manter um constante diálogo com sua fonte para poder melhor compreender o passado que quer reconstruir.

Segundo Remond (1996), a imprensa não pode ser estranha à vida real. Seria uma interpretação abstrata não levar em consideração as paixões, os impulsos, as motivações morais, até mesmo os desinteresses, e que, propriamente falando, desencarnam. Porém, o autor deixa o alerta, que ao trabalhar com a análise de imprensa deve-se tomar cuidado, pois,

O estudo das relações de poder, conflitantes e convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e as Instituições de poder, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas. A história política sabe hoje melhor que outrora o partido que pode tirar do estudo de pequenas comunidades não políticas – todos esses pequenos universos merecem ser estudados pela decisões e influências políticas que os compõem, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país (REMOND, 1996, p. 224-225)

Com a ampliação do conceito de fonte, os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente os meios de comunicação como fonte e objetos de pesquisa histórica, variando entre jornais locais, regionais, diários, revistas, fotografias cinema, rádio, entre outros, que carregam uma infinidade de possibilidades. Desta forma, a relação estreita entre História e Mídia nas últimas décadas, tem contribuído de forma significativa para o conhecimento histórico das sociedades, em seus diferentes aspectos.

Assim, a partir desta perspectiva, nesta pesquisa, vamos abordar a relação da Igreja Católica com os meios de comunicação ao longo do tempo, através da análise de documentos redigidos pela instituição que abordam a comunicação, buscando identificar e analisar as transformações que essa relação causou no seio do catolicismo, principalmente no viés político.

A Igreja Católica e a Comunicação: uma relação complexa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição com amplo poder de promover e induzir a cultura, tendo grande influência ideológica na sociedade, porém, diante dos constantes progressos tecnológicos que modificaram a ação das mídias, a instituição se deparou com uma série de dificuldades em se adaptar e se inserir neste novo contexto, traçando estratégias e pensando em formas de manter seu poder e sua influência, buscando usar esses veículos a seu favor, como ferramentas de evangelização, catequização e de fazer política, difundindo suas ideologias e princípios sociais, morais, religiosos e éticos.

Desta forma, a relação entre a Igreja e a comunicação, é estabelecida por uma trajetória longa, marcada por várias discussões e posicionamentos da instituição em relação a esta, transitando de uma postura conservadora e repreensiva, passando por uma leve aproximação até chegar a inclusão desta em sua ação pastoral, sendo utilizada na defesa e difusão de seu dogmatismo.

Segundo ALVES (2008), diferente da teologia, que tem como preocupação principal a preservação da doutrina e como ela é apresentada, a comunicação tem por objetivo o como dizer, buscando qual a melhor maneira de abordar, tanto na teoria como de forma prática, a sua verdade, mantendo-se fiel o conteúdo teológico. Pois, a teologia está diretamente relacionada à Revelação Divina, ou seja, em um patamar superior e soberano, assim sendo, a comunicação deve estar subordinada a teologia, evitando possibilidades de contradições e distorções. A Constituição Dogmática *Dei Verbum*, elaborada no Concílio Vaticano II, sobre a comunicação religiosa, afirma que uma comunicação de caráter religioso benéfica e válida, é de suma importância que esta seja feita conforme as orientações do Magistério da Igreja. Sendo assim, a comunicação tem por objetivo transmitir a doutrina católica aos que não professam esta fé, bem como, reafirmá-la aos já adeptos do catolicismo.

Dessa forma, a instituição, inicialmente, assumiu uma postura defensiva diante dos meios de comunicação, buscando controlar o conteúdo emitido por estes, se ancorando no discurso de defender a fé e sua ordem moral. Um dos primeiros e mais significativos documentos deste período é a constituição *Inter Multiplices*, de 1487, assinada pelo Papa Inocêncio VIII, que traz em suas linhas um discurso extremista e proibitivo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Paralelamente, deve-se considerar como pernicioso e extremante hostil ao mesmo gênero humano o fato de publicar e de trazer, por escrito, ao conhecimento geral, o que é nocivo, oposto às sãs doutrinas, à honestidade dos costumes e, sobretudo, à ortodoxia religiosa. Efetivamente, tanto mais o bem é universal, quanto mais ele é útil, divino e grande; igualmente, deve-se considerar como mais perverso e mais abominável um mal que se expanda com maior amplitude e abundância, já que as intenções da fraqueza humana se inclinam mais para o mal do que para o bem [...] e que se encarregue de transportar semelhantes impressos, mesmo editados em outros lugares, segundo julgarem oportuno, e de fazê-los queimar (INTER MULTIPLICES, [1487] 1973, p. 35).

Ao legitimar a censura e a repressão defendidas pela Congregação do Santo Ofício, o documento fundamenta a perseguição da instituição, que se materializa através da Inquisição.

Os documentos dos papas posteriores irão sustentar a mesma postura, entre os quais se sobressaem a constituição *Sollicita Ac Provid*, do Papa Bento XIV, de 1753; e a carta encíclica *Christianae Reipublicae*, do Papa Clemente XIII, de 1766, nas quais a Igreja reitera a necessidade de se manterem atentos diante do perigo das obras anticristãs, reafirmando o combate aos impressos imorais, dando destaque “aos poderes dos bispos em combater a literatura imoral” (PUNTEL, 2011, p. 224), se mostrando cada vez mais severa.

No século XIX se inicia um processo de conciliação entre os meios de comunicação e a Igreja, quando o Papa Leão XIII passa a ver a imprensa como meio de transmitir ao povo uma mensagem de evangelização, o que vai permitir o crescimento de meios de comunicação católicos por todo o continente europeu, como ferramenta de divulgação e defesa dos princípios cristãos, propondo um diálogo entre os “pastores” (membros do clero e papado) e o “rebanho” (fiéis), visando a recuperação dos fiéis perdidos para o movimento protestante (DELLA CAVA, 1991).

Mas é somente com as transformações políticas e sociais do século XX, que a Igreja Católica teve mudanças significativas em sua estrutura, pois sua relação com a sociedade sofreu alterações, sendo essencial o estabelecimento de novos meios de diálogo com a nova sociedade que emergia. Assim, aos poucos a Igreja, buscando se adaptar à nova realidade social, passa a desfazer sua postura contrária à imprensa, passando a adotar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“as tecnologias dos meios de comunicação como instrumentos em um campo de batalha” (MELO, 1985, p. 62).

Na década de 30, multiplicou-se os meios de comunicação, devido ao avanço tecnológico, resultando na disseminação em maior velocidade da circulação de notícias e eventos, indo além das fronteiras territoriais, aproximando as sociedades através da midiaticização. Esta evolução despertou certa inquietação na Igreja Católica, que passou a debater sobre os meios de comunicação e sua influência na sociedade.

Entretanto, essa abertura para a discussão por parte da Igreja, de início, se resumiu a publicação de cartas e documentos condenando o rádio, o cinema, bem como a recente televisão, mas também, defendendo uma “nova postura frente aos avanços midiáticos, defendendo a utilização das ‘novas armas’ tecnológicas para propagação da fé” (SILVA, 2010, p. 1).

Nas décadas de 40 e 50, as transformações tecnológicas provocaram profundas e significativas marcas nas relações sociais. Assim, diante dessa nova realidade, a Igreja não poderia mais ficar alheia ou batendo de frente com as mudanças, mas cabia a ela se adaptar, conviver e entender o processo de midiaticização da sociedade.

Nesse contexto, inicia um processo de aproximação entre a Igreja e a Comunicação, com a publicação da encíclica *Miranda Prorsus*, de Pio XII, de 1957, onde apresenta uma postura mais acessível e próxima em relação as mídias.

Alguns destes novos meios técnicos servem para multiplicar as forças e as possibilidades físicas do homem, outros para lhe melhorarem as condições de vida, outros, finalmente dizem mais respeito à vida do espírito, servem, diretamente ou mediante uma experiência artística, para a difusão de ideias, e oferecem a milhões de pessoas, de maneira facilmente assimilável, imagens, notícias e lições, como alimento cotidiano do espírito, mesmo nas horas de lazer e repouso (MIRANDA PRORSUS, [1957] 2003, p. 34).

Com essa abertura da instituição para os meios de comunicação, a Igreja adota estratégias para permanecer presente neste meio.

O poder dos meios de comunicação fora percebido pela Igreja e a necessidade de preparar as pessoas para uma recepção crítica dos conteúdos tornava-se uma nova estratégia no universo eclesial. Já não se pensava em combater os meios de comunicação, mas em propor a formação dos espectadores como estratégia diante das mudanças conceituais e comportamentais que surgiriam pela

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

influência que os meios eletrônicos trariam para a sociedade (SILVA, 2010, p. 54)

Esse despertar sobre a importância das mídias, vai desencadear no interior da Igreja, a iniciativa e a instalação de diversificados órgãos voltados exclusivamente para essa temática, como Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, com a finalidade de cuidar da comunicação da Santa Sé e de sua relação com os meios de comunicação privados.

Mas é com o Concílio Vaticano II (1959-1965), idealizado e realizado por João XXIII, que as mídias ganham destaque no seio da Igreja, sendo vistos como ferramentas para propagação da palavra, tanto do Evangelho quanto da dogmática católica. Este período é marcado pela nova postura da instituição religiosa em relação a comunicação, que é abordada e fundamentada na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, de 1965, que apresenta a comunicação social através da ótica da cultura. E, “diferentemente do Estado, ou das indústrias de cultura, a Igreja Católica age como produtor cultural orientada por finalidades ético-morais” (DELLA CAVA, 1991, p. 131), estruturadas em seus princípios morais e na sua doutrina.

Em relação às bases que fundamentam e definem a forma como a Igreja vê o homem e o mundo na realidade das mídias de comunicação, Della Cava (1991) afirma que: “o homem está no centro do fenômeno comunicativo e é definido por ele; a Igreja é o interlocutor privilegiado entre as culturas; a sociedade se transforma, pela comunicação, numa grande comunidade” (p. 132).

Obviamente que a Igreja, em seus discursos, aborda aspectos de outras áreas como forma de dar uma orientação aos fiéis. E, diante da pluralidade de opiniões, cabe ao fiel discernir o que se adequa à sua fé. Desta nova postura discutida e refletida, durante o Concílio, nasce a encíclica *Inter Mirifica*, que abordou os meios de comunicação, publicado em 1963. O documento inicia abordando o porquê de a Igreja tornar a comunicação algo relevante a ser refletido durante o Concílio e inclui-la nas questões a serem repensadas e consideradas pela instituição em suas ações posteriores.

[...] merecem especial atenção os meios que atingem não apenas indivíduos isolados, mas a multidão no seu conjunto, toda a sociedade humana. Destacam-se entre eles a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão e outros do mesmo gênero, que se denominam meios de comunicação social. A Igreja, como mãe,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sabe que esses meios, se usados corretamente, prestam um enorme serviço ao gênero humano, dão eminente contribuição para o lazer e o cultivo dos espíritos e ajudam a propagar e a tornar mais consistente o Reino de Deus. Mas, sabe também que esses mesmos meios podem ser usados contra os propósitos do Criador e contribuir para a degradação dos seres humanos. A Igreja sofre ao constatar que os males que afligem a sociedade em que vivemos são, muitas vezes, decorrência do mau uso desses meios (INTER MIRIFICA, [1963] 2003, p. 70).

Assim, a encíclica aborda a necessidade de se orientar os fiéis sobre o uso correto das mídias, sendo esta uma responsabilidade da Igreja, considerando que a comunicação é essencial para a sociedade. Desta forma, a Igreja apresenta sua posição em relação aos meios de comunicação, o que torna o documento um marco na história considerando todo o caminho desta relação Igreja e Comunicação. Porém, não podemos visualizar essa nova postura como a simples aceitação da mídia e de sua importância na sociedade por parte da Igreja, pois se vendo alheia as mudanças sociais causadas pelo desenvolvimento e utilização de tecnologias, a Igreja vê na apropriação dos meios de comunicação e no uso a seu favor, a oportunidade de não ficar para trás na realidade que o mundo se encontrava. Assim, “a Santa Igreja reconhece que estes instrumentos, corretamente usados prestam ajuda valiosa ao gênero humano, posto que contribuem eficazmente para unir e propagar e afirmar o reino de Deus(...)”. (INTER MIRIFICA, [1963] 2003, p. 71).

Nesta visão, a Igreja passa a incentivar e patrocinar veículos de comunicação de posse da instituição, além de enviar membros do clero para estudos específicos de organização, uso, técnica e composição de materiais para essas mídias, que iam de rádio, televisão, impressos, até produções cinematográficas. “Onde for oportuno, cuide-se de estabelecer emissoras católicas, que, no entanto, devem primar pela qualidade e pela eficácia dos seus programas” (INTER MIRIFICA, [1963] 2003, p. 76).

No pós-Concílio, destaca-se a Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, de 1971, onde a Igreja “desloca-se de uma postura defensiva, que procurava controlar o conteúdo das mensagens em nome de sua ordem moral, e tenta compreender este novo mundo que emerge à sombra dos sistemas de comunicação” (DELLA CAVA, 1991, p. 137).

Por não ter o controle sobre a mídia e seus veículos, foi necessário reorganizar suas ações de evangelização. Primeiramente, modificou-se o público receptor da mensagem propagada pela Igreja. Além da Igreja visar evangelizar e catequizar culturas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não-europeias e não-ocidentais, o que exigiu mudanças significativas em sua forma de comunicar, sendo necessário a abordagem de uma mensagem mais humana, distanciando-se dos assuntos sobrenaturais e metafísicos. Também, a Igreja precisou considerar a “opinião pública”, entrando em concordância com a exposição de opiniões, que podiam se confrontar; além de ter de aceitar a autonomia e a liberdade do pensamento individual e a relatividade das verdades. “Como corpo vivo, a Igreja necessita duma opinião pública para alimentar o diálogo entre os seus membros, condição do progresso no seu pensamento e ação” (COMMUNIO ET PROGRESSIO, 1971, p. 115).

Ao mesmo tempo, a Igreja reafirma que existe uma hierarquia das ideias, onde se precisa distinguir claramente o campo da investigação científica, no qual as pessoas têm a liberdade necessária para o seu trabalho e o direito de comunicar à sociedade o resultado da sua pesquisa; e o campo da instrução dos fiéis, em que se apresentam como doutrinas da Igreja as verdades reconhecidas como tais pelo Magistério autêntico, em relação ao campo das questões de fé e moral. Os meios de comunicação passam a ser considerados importantes no processo de evangelização, desde que respeitando a moral e os princípios cristãos.

Após o Concílio Vaticano II e a publicação da *Communio et Progressio*, nenhum outro documento pontifício abordou a comunicação com ênfase, bem como, não houve modificação na relação da Igreja com a mídia. Somente no pontificado de João Paulo II, com o documento “Ética nas comunicações sociais”, de 2000, a Igreja adota um discurso de que o mundo das comunicações unifica e transforma a humanidade, pois os meios de comunicação social são instrumentos de informação e formação, principalmente em relação às novas gerações, que já nascem neste mundo condicionado pelas massas.

A abordagem da Igreja aos meios e comunicação social é fundamentalmente positiva, encorajadora. Ela não se limita simplesmente a julgar e condenar; pelo contrário, considera que esses instrumentos são não só produtos do gênio humano, mas também grandes dádivas de Deus e verdadeiros sinais do tempo. [...] Embora os atos de comunicação, com frequência, tenham consequências involuntárias, são as pessoas que escolhem usar os *mass media* para finalidades positivas ou negativas, de modo reto ou incorreto (ÉTICA NAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, 2000, p. 231).

O documento faz uma reflexão sobre as transformações nas relações humanas dentro da cultura da tecnologia comunicacional, principalmente com a expansão da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

internet. “A comunicação social pode reunir as pessoas em comunidades de simpatia e de interesse comum. [...] também podem ser usados para separar e isolar” (ÉTICA NAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, 2000, p. 248).

João Paulo II, através do documento, defende que, enquanto em outros tempos eram os meios de comunicação que apresentavam os acontecimentos, agora estes são frequentemente modelados para corresponder a seus interesses. O fato é que o campo da comunicação é uma área muito fecunda e essencial para a Igreja Católica em todo o mundo, como ferramenta de propagar suas ideias e doutrina, ou de expor seus eventos e acontecimentos. Porém, sempre se deve tomar cuidado com o que se é propagado pela Igreja e colocado sobre a Igreja, pois, esses veículos de informação, além de serem sinais de presença da Igreja, são estratégias por onde circulam objetivos, proposições e posições, disputas e conflitos e modos de enraizamento desta instituição junto a determinados grupos ou junto à sociedade em geral.

O texto apresenta, ainda, uma postura mais aberta da Igreja, pois analisa a sociedade a partir da influência, percepção e expressão dos meios de comunicação, vendo-os como ferramentas de poder, principalmente a internet, que propiciam a difusão de conhecimentos e de aspectos culturais, promovendo as relações interculturais e interpessoais, indo além-fronteiras.

Assim, a Igreja entra no novo milênio estabelecendo uma ligação direta com a sociedade midiaticizada, desenvolvendo meios para a evangelização e catequização através da internet, partindo da “escuta aos ‘sinais dos tempos’, pela valorização da continuidade da obra da criação através das invenções da inteligência humana” (PUNTEL, 2010, p. 58).

Esta reestruturação na Cúria Romana em relação as comunicações sociais, ao longo da história, solidifica a mudança do pensamento e das ações da igreja sobre os meios de comunicação, iniciada com o reconhecimento da internet como ferramenta de evangelização e a inserção da instituição na nova estrutura de relação e comunicação entre os indivíduos e a sociedade contemporânea que utiliza do ciberespaço para estabelecer e aproximar linguagens e culturas, bem como, a partir dessa aproximação da Igreja, ser ambiente de construção, discussão e vivência da fé cristã católica, marcando a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

transformação da postura da instituição no decorrer dos anos, que construiu a relação Igreja e Comunicação.

Considerações finais

O campo da comunicação é uma área muito fecunda e essencial para a Igreja Católica, como ferramenta de propagar suas ideias e doutrina, ou de expor seus eventos e acontecimentos junto à sociedade em geral. Ao longo do tempo, com a inserção cada vez maior das mídias no cotidiano da sociedade, a Igreja passa a ver os meios de comunicação como necessários para aumentar o alcance da mensagem de evangelização no mundo, deslocando da postura defensiva, buscando compreender e se inserir neste novo mundo que emerge à sombra dos sistemas de comunicação. Pois, com as transformações e inovações tecnológicas provocaram profundas e significativas marcas nas relações sociais, assim, diante dessa nova realidade, a Igreja não poderia mais ficar alheia ou batendo de frente com as mudanças, mas cabia a ela se adaptar, conviver, entender e se inserir no processo de midiatização da sociedade.

Essa nova realidade social causou a reestruturação na Cúria Romana em relação as comunicações sociais, solidificando a mudança do pensamento e das ações da Igreja sobre os meios de comunicação, iniciada no Concílio Vaticano II até o reconhecimento da internet como ferramenta de evangelização com pontificado de João Paulo II, inserindo a instituição na nova estrutura de relação e comunicação entre os indivíduos e a sociedade contemporânea que utiliza do ciberespaço para estabelecer e aproximar linguagens e culturas, transformando a comunicação um ambiente para evangelizar, catequizar e propagar suas ideias políticas, culturais e espirituais para todo o mundo, focando além de seus fiéis, mas buscando agregar seu “rebanho” e expandir seu poder e influência.

Referências Bibliográficas

ALVES, Bernardo Veiga de Oliveira. *Comunicação e tradição em Bento XVI*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2008. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e uso do passado: temporalidades, rastros e vestígios entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart;

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HERSCHMANN, Micael (orgs). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: MauadX: Globo Universidade, 2008, p.83-96.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CHRISTIANAE REIPUBLICAE (PAPA CLEMENTE XIII – 1766). In: ALVARENGA, Ricardo Costa. *Novos rumos da comunicação católica brasileira: o processo de construção do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil*. 2014. 118 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Faculdade Estácio de São Luís, São Luís. p.19.

COMMUNIO ET PROGRESSIO. Instrução pastoral sobre os meios de comunicação social (COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 27. mai. 1971). In: DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 81 – 135.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 2000.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DELLA CAVA, Ralph. *E o Verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DIVINI ILLIUS MAGISTRI (PAPA PIO XI – 31. dez. 1929). In: DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 21.

DOMINICI GREGIS. (PAPA PIO IV – 24. mar. 1564). In: DALE, Romeu. *Igreja e comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1973. p. 43 – 44.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 24, n. 2, 1998.

ÉTICA NAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS (CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS – 4. jun. 2000). In: DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 229 - 251.

INTER MIRIFICA. Decreto do Concílio Vaticano II sobre os Meios de Comunicação Social. (PAPA PAULO VI – 4. Dez. 1963). In: DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 67 – 79.

INTER MULTIPLICES. (PAPA INOCÊNCIO VIII – 17. nov. 1487). In: DALE, Romeu. *Igreja e comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1973. p. 34 – 38.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

INTER SOLLICITUDINES. (PAPA LEÃO X – 04. mai. 1515). In: DALE, Romeu. *Igreja e comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1973. p. 39 – 41.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTEI, R. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. São Paulo: Ambientes e Costumes Editora, 2013.

MELO, José Marques de. Igreja e Comunicação. In: SOARES, Ismar de O.; PUNTEL, Joana T. (Orgs.). *Comunicação Igreja e Estado na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 59 – 70.

MIRANDA PRORSUS (PAPA PIO XII – 8. set. 1957). In: DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 33 – 65.

O RÁPIDO DESENVOLVIMENTO (PAPA JOÃO PAULO II – 24. jan. 2005). In: PUNTEL, J. T. *Inter Mirifica: texto e comentário*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 24 – 30.

PUNTEL, J. T. *A Igreja a caminho na Comunicação*. Teocomunicação: Revista do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 221-242, 2011.

PUNTEL, J. T. *Comunicação: diálogo dos saberes na cultura midiática*. São Paulo: Paulinas, 2010.

REDEMPTORIS MISSIO. CARTA ENCÍCLICA SOBRE A VALIDADE PERMANENTE DO MANDATO MISSIONÁRIO (PAPA JOÃO PAULO II – 7. dez. 1990). In: PUNTEL, J. T. *Cultura Midiática e Igreja: uma nova ambiência*. São Paulo: Paulinas, 2008.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1997

SILVA, Fábio Gleiser Vieira. *A Igreja Católica e a Comunicação na Sociedade Mediatizada: Formação e Competência*. 2010. 186f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Programa de Pós- Graduação em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

SOLLICITA AC PROVIDA (PAPA BENTO XIV – 25. mar. 1753). In: DALE, Romeu. *Igreja e comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1973. p. 55 – 71.

VIGILANTI CURA (PAPA PIO XI – 29. jun. 1936). In: DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação Social na Igreja – Documentos fundamentais*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 19 – 32